

REDEFINIÇÕES ESPACIAIS DA SEGREGAÇÃO ESPONTANÊA EM MONTES CLAROS (MG): Novos apontamentos

BATISTA, Ramony Pereira.

LEITE, Marcos Esdras.

Universidade Estadual de Montes Claros - Brasil

INTRODUÇÃO

As teorias relativas ao crescimento urbano tentam compreender o que faz as pessoas se concentrarem nesse espaço, além também dos motivos que levaram as migrações. Sendo que este é um dos principais fatores que contribuem para o crescimento das cidades. Os motivos de tal fenômeno são diversos e na atualidade estão basicamente ligadas as transformações ocorridas no campo.

Ressaltamos, porém que indústria e a economia urbana normalmente não conseguem absorver toda a mão-de-obra desqualificada oriunda do campo tal fato tem aumentado a dicotomia dos espaços urbanos modificando-os. Pois os conflitos socioespaciais existentes entre centro-periferia, agora devido à formação de áreas periféricas da classe rica, dão-se também entre as periferias.

De acordo com Santos (2005) é no período contemporâneo que a urbanização tem-se atrelado cada vez mais com a expansão das áreas urbanas pobres, devido tal fenômeno ter ocorrido rapidamente, sem planejamento e capital, quando se tinha o capital à rapidez do fenômeno não permitiu pensar a cidade. Isso ocorreu com a formação das metrópoles e estende-se (em menor escala) nas cidades médias. A desmetropolização favoreceu alterações na rede urbana, ocasionando o crescimento das cidades médias que é o caso da cidade de Montes Claros, porém esta contou com a intervenção estatal no fomento do seu crescimento. Este não ocorreu de forma hegemônica, pois a cidade apresenta uma paisagem fragmentada e dicotômica. O acesso a cidade dá-se segundo o poder aquisitivo dos moradores.

Deste modo afirmamos que a cidade atual está cada vez mais subordinada ao capital. Na qual o homem está sujeito às necessidades de lazer e consumo e as relações sociais encontram-se, portanto muito mais complexas e desiguais. Essa complexidade fica evidenciada nas diferentes formas de apropriação do solo urbano, expressas nas diversos padrões arquitetônicos de moradia, pois morar é uma necessidade básica de todo ser humano, não se vive sem ocupar um lugar no espaço. A diferença expressa na paisagem pelas diversas formas de morar justifica um estudo sobre a formação das áreas residências, especialmente as áreas auto-segregadas.

Caracterização histórico-geográfica de Montes Claros.

O Município de Montes Claros está situado na região norte do Estado de Minas Gerais, tendo como limite os seguintes municípios: ao Norte São da Ponte, a Nordeste Capitão Enéas, a Leste Francisco Sá, a Sudeste Juramento e Glaucilândia, ao Sul Bocaiúva, a

Sudoeste Claro dos Poções, a Oeste São João da Lagoa, Coração de Jesus e a Noroeste Mirabela e Patis (LEITE, 2006). Situado na bacia do alto médio São Francisco, entre as coordenadas geográficas 16° 04' 57" e 17° 08' 41" de Latitude sul e entre as Longitudes 43° 41' 56" e 44° 13' 1" oeste de Greenwich e está a uma altitude de 638 metros.

A base da economia montesclarensse é o setor de serviços, principalmente o comércio Varejista absorvendo grande quantidade de mão-de-obra. No setor primário destaca-se a agropecuária, principalmente a pecuária de corte e leite, seguido da agricultura, com destaque para a produção de grãos (feijão e milho) e hortifrutigranjeiros. Com base nisto Montes Claros constitui-se a nona economia do Estado Mineiro (Fundação João Pinheiro – FJP – 2005). O crescimento deste município deu-se isoladamente comparando com os outros municípios da região. Isto contribui para que Montes Claros fosse um pólo de atração regional, deste modo a migração foi um fator importante para sua expansão. Conforme Leite (2004, p. 48)

A localização dessa cidade, numa área onde a exclusão social é cada vez maior, lhe confere certa especificidade e, por isso, as transformações espaciais decorrentes do padrão de crescimento urbano são também são específicas de sua realidade.

È a partir também do dinamismo econômico que Montes Claros têm sua malha urbana expandida. A cidade de Montes Claros possui uma área de 97 km e 289.006 habitantes, correspondendo a 94,22% do total da população municipal (IBGE, 2000), espacialmente mal distribuída onde os bairros periféricos, em especial, os localizados á leste, norte e sul apresentam-se mais densamente ocupados.

Referente à infra-estrutura urbana, 90% da população são beneficiadas com saneamento básico e energia elétrica, 95% com coleta de lixo (Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2005) Na infra-estrutura de saúde a cidade oferece quinze centros de saúde, três policlínicas, sete hospitais, sendo que apenas um é totalmente público – Hospital Clemente de Faria dirigido pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

A cidade apresenta um setor educacional bastante desenvolvido constituído de escolas públicas e privadas, pré-vestibulares e duas Universidades Públicas – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e várias instituições particulares de ensino superior.

A rápida urbanização territorial de Montes Claros foi também ocasionada pela inclusão da região norte mineiro na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (órgão federal que tinha como um dos objetivos, fomentar e equiparar o desenvolvimento nas regiões brasileiras, nessa época a industrialização era a melhor alternativa para que isso ocorresse, os subsídios eram aplicados na industrialização.), nas décadas de 1960-1970. O fato da cidade supracitada já possuir certa infra-estrutura favoreceu o processo industrial e crescimento urbano, visto que a cidade tornou-se uma área atrativa. No ano de 1965 com a chegada da energia elétrica (Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG) a industrialização é impulsionada.

A cidade atual sofre um processo de (re) estruturação espacial oriunda das mudanças econômicas, sociais e do espraiamento da malha urbana. Diante de tal expansão a área central teve suas características modificadas tornando-se uma área estreitamente

comercial, isso levou a população com maior poder aquisitivo transferir-se para a periferia. Outro fenômeno que pode ser percebido é a descentralização desta localidade, favorecendo assim a formação de novas centralidades, como os bairros Major Prates e Esplanada. “A descentralização só se verifica quando há ou são criadas atrações não centrais” (COLBY apud CORRÊA, 1989, p. 46), podendo ser associada também ao crescimento horizontal da cidade.

A formação de subcentros proporciona a dinâmica de valorização do solo. O uso comercial do solo atua como um agente imobiliário direcionando as áreas de crescimento e de especulação. A partir de tal valorização a população que outrora residia ali, vê-se pressionada a vender sua propriedade residencial para o comércio atuante em tal área – caracterizando assim o que Corrêa denominou de invasão-sucessão. A população redirecionada tende ocupar as franjas da cidade que na maioria das vezes encontra-se sem condições básicas para abrigar a população; aumentando assim o processo de favelização.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E O FENÔMENO ESPACIAL DA SEGREGAÇÃO ESPONTÂNEA NO IBITURUNA

A urbanização nos países ricos, industrializados acompanhou a Revolução Industrial, enquanto nos países pobres com a industrialização tardia esse processo é concomitante a sua modernização. Sendo assim “poder-se-ia dizer que nos países subdesenvolvidos estamos em face de uma urbanização demográfica, enquanto nos países industrializados a urbanização seria principalmente tecnológica ou econômica” (SANTOS 1980, p.31).

Assim podemos considerar que a diferença na urbanização dos pobres e dos ricos está primeiramente no aspecto demográfico. Sendo assim consideramos tal fenômeno como crescimento da população urbana em detrimento da rural, porém sabemos que a urbanização é muito mais ampla que o simples aumento demográfico das cidades. Podendo verificar que quanto maior seu desenvolvimento econômico, maior seu poder de atração e expansão da malha urbana e conseqüentemente maior urbanização.

Diante de tal fenômeno podemos considerar que a urbanização não aconteceu de forma homogênea em todo mundo, apresentando dessa forma disparidades econômicas, sociais, políticas e culturais internas e externas entre as áreas urbanas. Sendo assim, de acordo com Castells (2000, p. 90) “a aceleração do crescimento urbano toma em geral a forma de um desequilíbrio na rede urbana de cada país [...]”.

A urbanização tardia e acelerada da América Latina ocorreu atrelada à instalação de indústrias financiadas pelo capital estrangeiro ocasionando a dependência cada vez maior dos países pobres em relação aos países ricos. A velocidade da expansão urbana acarretou um crescimento desordenado das cidades, essas à medida que se formavam e cresciam eram inseridas em um contexto de industrialização e dicotomias.

A urbanização brasileira intensificada a partir da segunda metade do século XX também ocorreu sob fortes desigualdades socioeconômicas e com a intensa migração da população rural¹ para as áreas urbanas industrializadas gerando assim o surgimento de

¹ Migração ocasionada pelas mudanças ocorridas no campo brasileiro como a revolução verde – “[...] fundamentada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da

cidades desordenadas e descontínuas. Deste modo constatamos que a migração constitui-se em um dos fatores determinantes do crescimento urbano. “A emigração é um ato social e não consequência mecânica de um desequilíbrio econômico” (CASTELLS, 2000, p. 104).

De acordo com Maricato (2002) o processo de urbanização no Brasil começa a consolidar-se pela emergência do trabalhador livre e a incipiente indústria ligada à cafeicultura e as necessidades básicas do mercado interno. As reformas urbanas são as bases de um urbanismo moderno à “moda” da periferia. Cabe lembrar que essas reformas levaram saneamento básico às regiões periféricas, mas também tinham como objetivo o embelezamento das cidades. “A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas das cidades” (MARICATO, 2002, p.17). Na década de 1980 as cidades brasileiras sofreram uma série de mudanças, pois vigorava no país o Plano Nacional de Políticas Públicas Urbanas- PNDU- que tinha como objetivo o redirecionamento do excedente populacional das grandes metrópoles. Neste período as metrópoles tiveram seu crescimento diminuído, as cidades médias apresentaram os maiores índices de crescimento, este fato estendeu-se pelos anos 1990 e, atualmente permanece em crescimento em todo o país.

Neste contexto a cidade e a urbanização tornam-se importantes no crescimento econômico do país. Na qual o valor do solo urbano deixa de ser de uso para possuir um valor de troca, deste modo “a cidade é, sob o ângulo de uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não – agrícola [...] e de comércio e oferecimento de serviços” (SOUZA, 2000, p.27). Neste processo o solo urbano torna-se mercadoria e conforme Santos (2005) esperança de lucros futuros, justificada pela demanda crescente. A busca pelo lucro da terra acaba por ocasionar uma crise urbana, sentida principalmente pelo déficit de moradia.

A partir do momento em que o solo urbano é visto como uma mercadoria. Segundo Lefebvre (2001) a cidade que é produzida socialmente é apropriada individualmente; desta forma a desigualdade no uso e apropriação do solo será expressa na heterogeneidade da paisagem. Tal fato fica evidenciado nas palavras de Carlos (1994, p. 50) quando afirma que “o acesso a cidade é mediado por mecanismos de mercado assentados na propriedade privada da terra.”

Deste modo o acesso a cidade e a moradia acontecem segundo o poder de compra dos indivíduos, fato esse que desencadeia a crise de moradia urbana que conforme Rodrigues (1988) acontece sempre quando se baseia na capacidade de pagar dos indivíduos. Assim tem-se um acesso segregado, diferenciado a moradia na área urbana. A diferença na apropriação do solo, na qual o espaço geográfico torna-se privado, “isto se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social” (CARLOS, 1994, p.47). Considera-se então que a diferença entre as formas de morar é a representação espacial da luta de classes intraurbanas que resultará na formação de áreas residenciais segregadas.

Ainda de acordo com Carlos (1994) e Mumford (2004) a organização do espaço urbano reflete a sociedade que a produziu, deste modo as contradições e heterogeneidades da sociedade capitalista estão presentes na paisagem urbana moderna. Sendo assim

mecanização [...]” – que não foram acessíveis ao pequeno produtor, as secas periódicas e as transformações na legislação rural.

fenômenos espaciais como a segregação, são observáveis em todo o mundo, especialmente nos países pobres como o Brasil. No território brasileiro essas contradições eram perceptíveis nas metrópoles, porém com o crescimento do sítio urbano das cidades médias, estas também podem aí ser observadas. Assim

[...] nas cidades de pequeno e médio porte quando isso acontece, ela se torna um elemento impactante ao convívio social e também espacial, uma vez que as dimensões espaciais são menores e as diferenças se explicitam com maior evidência (RUIZ, 2004, p. 151).

Consideramos, portanto que a cidade de Montes Claros não ficou fora destes fenômenos, por isso sua paisagem também é reflexo da desigualdade na apropriação e uso do solo urbano é expresso na heterogeneidade da paisagem. Lembramos que isso ocorre de maneira intensa a partir da década de 1960 quando devido a industrialização a cidade tem sua malha urbana espalhada e o surgimento de áreas periféricas diferenciadas.

A passagem de uma Montes Claros rural para urbano – industrial levou a cidade a um crescimento populacional e a mudanças socioespaciais. Essa idéia é reforçada por Pereira (2004, p.20) “a urbanização da região tem sido, em termos gerais, a combinação do aumento da intensidade das forças de expulsão do campo com o crescimento das forças de atração das cidades”. A instalação de indústrias combinadas com as transformações ocorridas no campo levou a cidade a uma expansão da malha urbana em decorrência veio à expansão e descentralização originando novos bairros caracteristicamente residenciais. Porém esse crescimento horizontal foi desigual, modificando a estruturação interna da cidade gerando vários impactos na sua organização social, fazendo com que ela apresente territórios contraditórios e desiguais. Pois a urbanização “[...] é um processo social e não espacial [...] essencialmente, isso refere-se às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.” (CLARK ,1991, p. 61-62).

No início do processo de urbanização da cidade de Montes Claros a classe rica ocupava a região central, enquanto a maioria dos trabalhadores ficava nas localidades mais periféricas. À medida que a cidade ia crescendo fazia-se necessário, projetos de urbanização e melhoria no aparato infra-estrutural oferecido á população, esses projetos, porém, era em sua maioria, destinada a área central.

As transformações ocorridas na região central, principalmente o desenvolvimento do comércio, ocasionando uma perda na qualidade de vida, tendo em vista que essa sofreu com o aumento na circulação de veículos, poluição sonora e ambiental. Levaram a uma dispersão das famílias de alto poder aquisitivo para os espaços mais distantes do centro, fomentando a formação de periferias altamente desiguais.

Conforme Leite (2006) e Pereira (2004) a formação das áreas auto-segregadas na cidade montesclarensse está atrelada a perda da qualidade de vida na região central, pois o crescimento demográfico da cidade gerou a necessidade de aumento do número e variedade de serviços oferecidos no núcleo central para atendimento da demanda de consumo da população (FRANÇA, 2006). O crescimento demográfico também provocou a expansão da malha urbana,

Quando a cidade expande territorialmente, significa que ela absorve e/ou incorpora áreas paralelas de seu território, processo denominado de expansão horizontal. Em Montes Claros, a expansão da malha urbana, no sentido

horizontal ocorreu por meio da criação de novos loteamentos (FRANÇA, 2006, p.138).

Tal fato deu origem á áreas periféricas caóticas e dicotômicas, servindo de base para análise da dualidade do espaço urbano. Dessa forma a idéia de segregação está ligada a distribuição das diferentes classes sociais entre os espaços urbanos (PRETECELLE: 2004). De acordo com Clark (1991, p.185) “as áreas residenciais se estabelecem segregando-se em tipos, de acordo com a composição sócio-econômica da população”.

Sendo assim a segregação constitui-se em um dos principais fatores de análise da estrutura espacial intra-urbana. Para Corrêa (2001) e Villaça (2001) a segregação é entendida como uma área de homogeneidade socioeconômica interna e forte disparidade com as áreas adjacentes. Dessa forma podemos afirmar que o processo espacial da segregação está diretamente ligado a questão residencial e a reprodução da força de trabalho, pois o individuo terá acesso a área residencial definido pelo seu poder aquisitivo. De acordo com Corrêa (2001) a segregação projeta a estruturação espacial das classes, sua (re) produção na sociedade capitalista.

Em relação de o onde morar é preciso lembrar que existe uma diferenciação espacial na localização das residências vistas em termos de conforto e qualidade. Esta diferença reflete em primeiro lugar, a um diferencial de valor da terra, que varia em função da acessibilidade e amenidades. Os terrenos de maior valor são ocupados pelas melhores residências, à medida que valor diminui, a qualidade das residências diminui. (CORRÊA, 2001 p.133)

Outro fato que contribui para a expansão das localidades destinadas a população rica foi à pobreza urbana, tendo em vista que esta causava certo medo aos ricos que acabava optando em se afastar, devido à insalubridade e a imundície das moradias pobres. Diante dessa separação histórica entre ricos e pobres pela forma de morar consideramos que

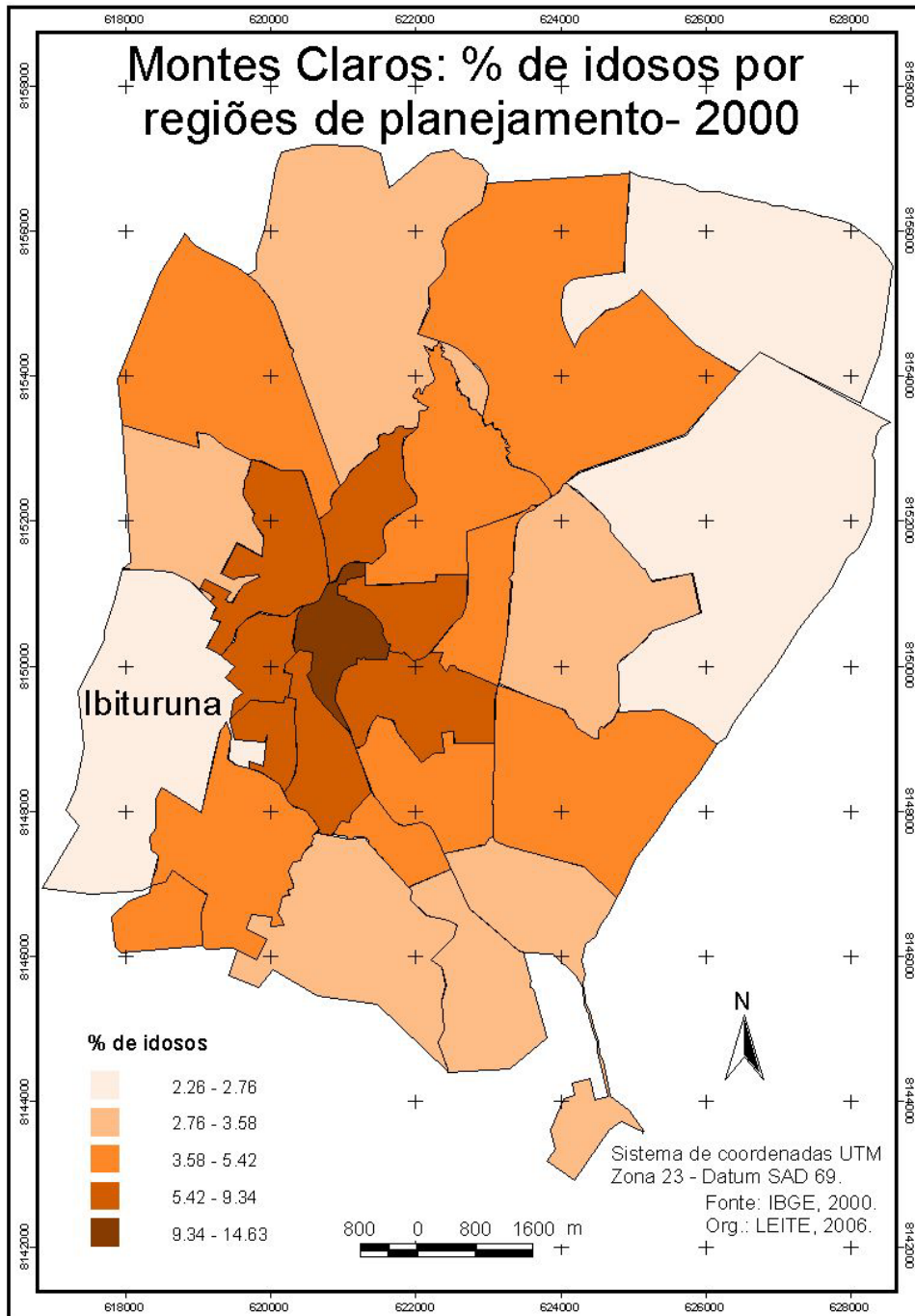
A segregação socioespacial remonta a outros períodos da nossa história, mas é exatamente no capitalismo que ela vai se acentuar ainda mais, tornando-se muito complexa, visto que diferentes agentes estarão atuando para impulsionar tais processos (CORRÊA 1986, p.74 apud RUIZ 2004, p. 148).

O fenômeno da segregação que era e é imposta aos pobres que não tem como permanecer nas áreas centrais e/ou bem infra-estruturadas. Esses eram expulsos para as regiões mais distantes, agora presenciam a auto - segregação onde os ricos “livremente” direcionam - se para as periferias arborizadas e, detentora de infra-estrutura, ou seja, o conflito que antes era entre o centro e a periferia, atualmente também se dá entre as regiões periféricas, refletindo áreas residências dicotomizadas. Esse fenômeno é analisado comumente pelos autores sobre a ótica de duas vertentes a primeira quando o individuo não consegue residir em uma área com altos valores de solo, desta forma ver-se “obrigado” a mudar para uma área onde residir seja mais barato; na segunda o individuo “livremente” decide onde e como morar. Porém Lefebvre apresenta um terceiro sob o pretexto de arrumação e de plano, denominada de segregação planejada (Lefebvre 2001).

Esse processo é entendido por Villaça como segregação voluntaria quando o individuo decide-se em viver com as pessoas de sua classe social; e involuntária quando o individuo é de certa forma obrigado a segregar-se. Para Corrêa (1989, p.64) a “auto-segregação e a segregação imposta, a primeira referindo-se á segregação da classe dominante, e a segunda á dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são

pequenas ou nulas.” Pois a classe rica quando define sua área de residência, define a também a do outro grupo social.

É nesse cenário fragmentado da paisagem urbana montesclarensse que se origina o Bairro Ibituruna, com o objetivo de receber as famílias oriundas do centro deficitário em qualidade de vida. Cabe lembrar que os bairros: Melo e São Luiz que originalmente abrigam essa população encontra-se altamente ocupados, deste modo o bairro Ibituruna também aparece no cenário urbano como prolongamento dessas áreas. Com expansão de tais áreas pode ser observado significativo crescimento vegetativo dos ricos – como é possível perceber no mapa abaixo - pois as novas áreas são ocupadas por uma população jovem.



Mapa 01- Montes Claros: % de idosos por região de planejamento – 2000

A presença de menos de 3% de idosos residentes no Ibituruna evidencia que tal área é consequência da reconfiguração urbana e da densidade de ocupação de localidades que outrora eram destinados a população rica, pois os habitantes desta área são descendentes dos “antigos” ricos.

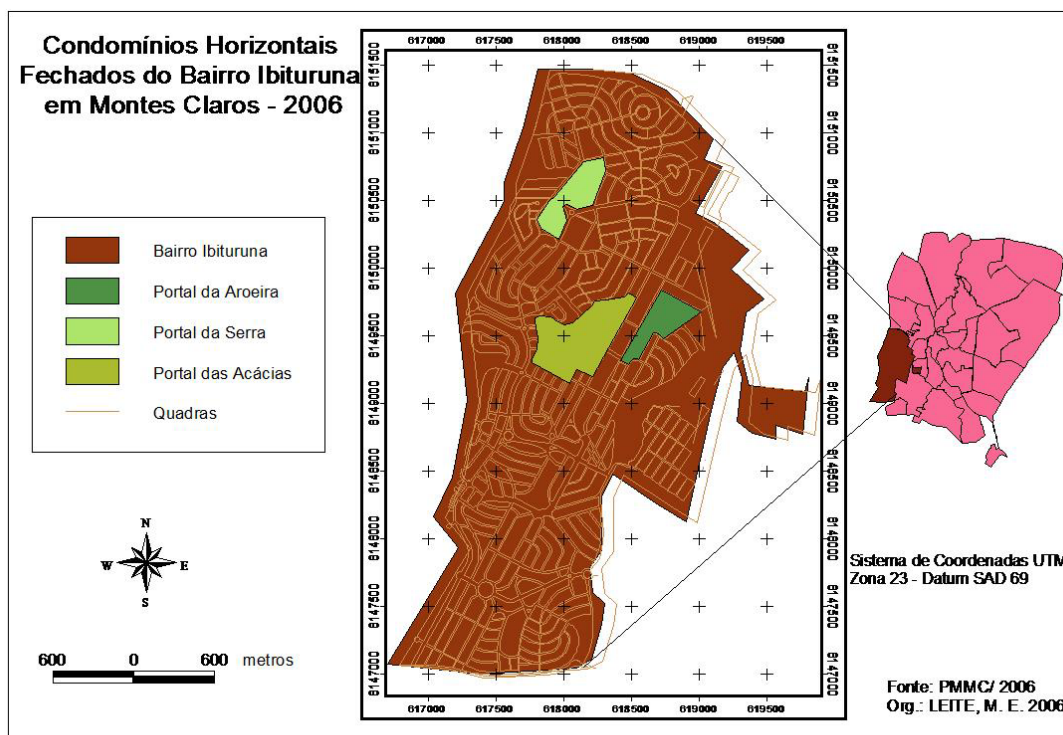
O bairro acima citado passou por processo de infra-estrutura particular financiada pelo proprietário da área² e da Construtora que obteve sucesso na construção de condomínios de luxo presentes nesse espaço (ver mapa 02). Segundo Corrêa (1989) a auto-segregação tem sua expressão máxima na formação dos condomínios horizontais fechados. E possuem o papel de manutenção dos privilégios da classe dominante. Cabe destacar que esse bairro está localizado em uma área de extrema beleza paisagística o Morro do Mel ou Morro do Ibituruna, área de relevo cárstico, coberto pelo cerrado e onde estão situados os dois parques ecológicos da cidade: o Parque Guimarães Rosa e Parque Sapucaia, além de vias que facilitam o acesso ao bairro em questão. Conforme Villaça (2001) acessibilidade e localização são fatores determinantes no preço do solo urbano.

Os condomínios horizontais fechados tiveram seu processo de construção iniciado na década de 1980 (LEITE 2006) e estão localizados em uma área de solo urbano valorizado devido a sua localização afastada do centro comercial, detentora de áreas verdes e infra-estruturadas, fator determinante de tal valorização. Vale ressaltar que esse bairro possui áreas ociosas que são alvo da especulação imobiliária.

A cidade de Montes Claros possui três condomínios horizontais fechados, todos localizados no Bairro Ibituruna, sendo eles: Portal das Aroeiras, Portal da Serra e Portal das Acácias. Lembramos que mais dois condomínios estão em fase de implantação localizados, no mesmo bairro. Spósito (2003, p.13) apud Leite (2006, p.128) considera que:

Do ponto de vista da estrutura urbana, a emergência e a proliferação dos loteamentos fechados criam à multiplicação de enclaves urbanos, áreas em que a homogeneidade social e o habitat, designando um padrão de consumo, mostram que o pertencimento dessas áreas da cidade, plural, desigual e perigosa é negada e justificada pela busca de qualidade de vida e segurança.

² Os loteamentos cabem a iniciativa privada assim como a infra-estrutura. Cabendo ao poder público, a aprovação dos loteamentos e fiscalização para que essas novas áreas obedeçam às normas estabelecidas por lei (RODRIGUES 1988).



Mapa 02- Condomínios horizontais fechados do bairro Ibituruna em Montes Claros -2006.

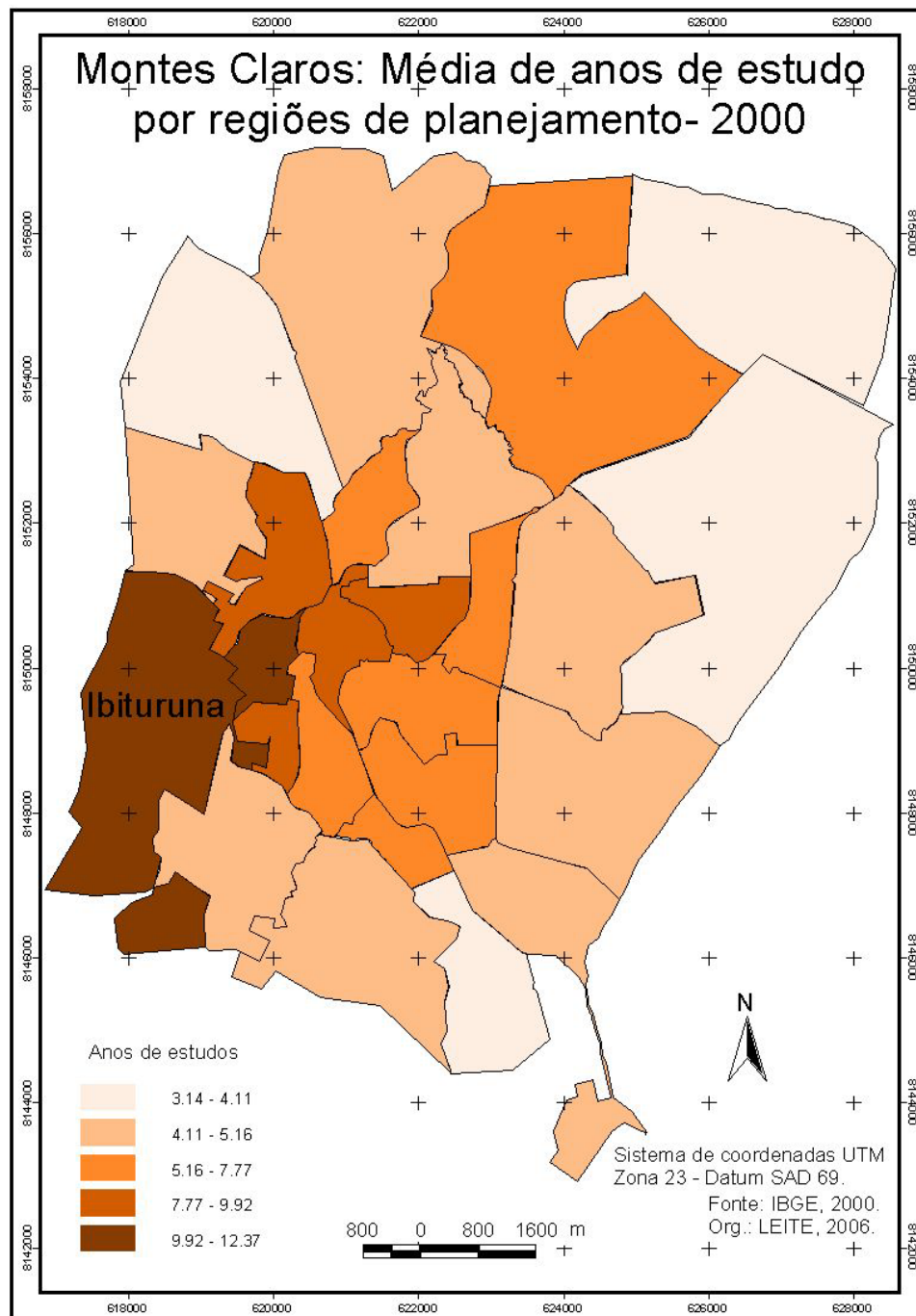
A diferença social nos centros urbanos é visível na forma de ocupação do solo, ou seja, do espaço; que em Montes Claros torna-se gritante, já que o contraste social é regionalizado, tornando a fragmentação urbana mais excludente e visível com o aparecimento dos condomínios fechados, que segundo Leite (2006, p.128) intensifica a fragmentação da paisagem urbana. Evidenciando as áreas de auto - segregação com forte homogeneidade socioeconômica.

O processo de segregação ocorre na maioria das cidades brasileiras, decorrente do crescimento urbano desordenado. Em Montes Claros não foi diferente, a expansão da malha urbana trouxe uma série de problemas para implantação e manutenção da infraestrutura, esses são agravados pela especulação imobiliária. A especulação sobre os vazios urbanos dá origem a um tecido urbano cada vez mais fragmentado, conseqüentemente, ocorrem transformações sociais, essas acarretam alterações espaciais, dessa forma tem-se uma (re) configuração do seu espaço urbano.

De acordo com Corrêa (2001) a cidade é a materialização dos conflitos existentes entre as classes sociais, por isso a paisagem citadina é também conflituosa, expressando assim as diferenças de renda e apropriação do solo urbano. A desigualdade social formará espaços altamente desiguais. Os mapas 03 e 04 expressam esses conflitos ao evidenciarem a renda e média de estudo da população montesclarensse por regiões de planejamento.

Percebemos assim que os índices mais altos são encontrados na região do Ibituruna, ocupado recentemente pela população rica. E o contrario disso pode ser observado nas regiões norte, sul e leste onde a ocupação irregular do solo, deficiências do transporte coletivo e outros problemas refletem o perfil da população residente e a forma como a terra urbana foi apropriada. Sendo assim fica evidente que “[...] a distribuição espacial

das classes determina a distribuição espacial dos serviços tanto privados como públicos” (VILLAÇA, 2001, p. 315).

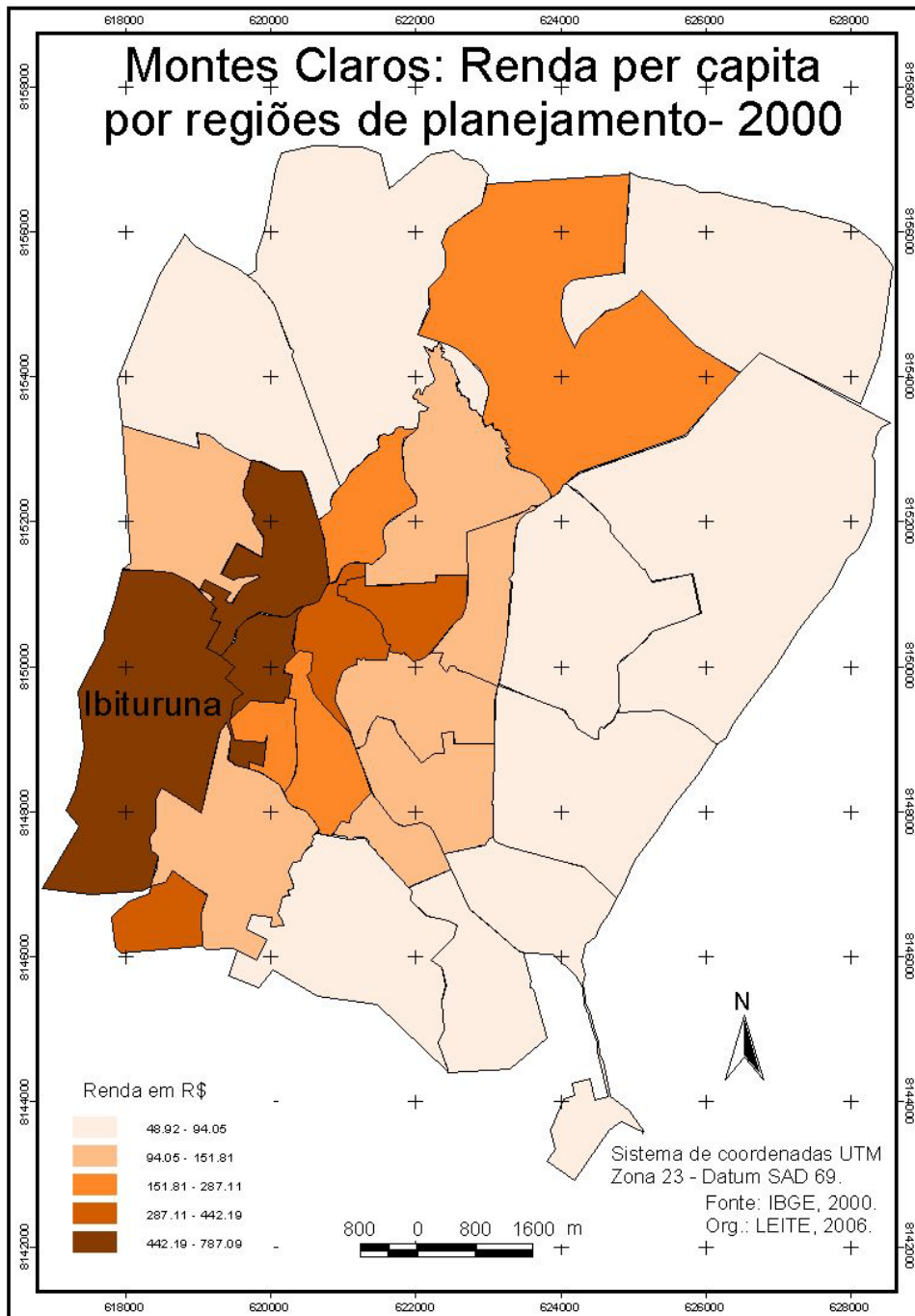


Mapa 03- Montes Claros: média de anos de estudo por regiões de planejamento -2000.

A desigualdade socioeconômica também pode ser observada pela concentração da população com as maiores médias de ano estudo nas regiões de planejamento centro-oeste da cidade. Deste modo podemos inferir que esta população tende a ter facilidade na sua inserção no mercado de trabalho e a estabilidade profissional. Isto ocorre pelo

fato de ser mão-de-obra qualificada, conseqüentemente apresentarão renda per capita alta (mapa 04) e melhores condições de vida o que aumentará a expectativa de vida.

A diferença nos padrões de educação influenciará toda a vida econômica e social do individuo, constituindo um fator determinante na sua atuação no mercado de trabalho. Conforme George (1969, p.41) “a natureza do trabalho depende da qualificação daquele que o exerce [...]”, assim recaímos na dificuldade de trabalho e conseqüentemente na questão social-econômica que reflete na distribuição de renda; que de acordo com o mapa abaixo está concentrada na região de planejamento do Melo e Ibituruna.



Mapa 04- Montes Claros: renda per capita por regiões de planejamento – 2000.

Percebe-se nos mapas acima que o perfil da população residente no bairro pautado para o estudo é semelhante – apresentando uma população jovem, com uma renda per capita alta, devido também pela qualificação profissional - configurando desta forma a segregação socioespacial, pois tal área é internamente homogênea e externamente desigual. A cidade que é altamente desigual, através da segregação tende-se a tornar-se homogênea, apresentando locais residenciais homogêneos (VILLAÇA, 2001).

Desta forma podemos então afirmar que a região oeste apresenta uma significativa concentração de renda e no espaço intra-urbano são aquelas que apresentam os melhores aparatos de infraestrutura pública, consolidando assim a atuação do Estado como agente imobiliário, decidindo a direção do crescimento do sítio urbano e onde cada classe social irá instalar-se. Para Corrêa (1989, p.26) “[...] o Estado capitalista cria mecanismos que levam a segregação residencial e à sua ratificação.” Diante deste quadro lembramos que tal área tende a uma ocupação contínua, devido ainda apresentar grandes vazios urbanos. Ainda de acordo com Corrêa a segregação residencial é o meio pelo qual a classe dominante mantém o controle da reprodução social para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise podemos inferir que o processo de expansão da malha urbana montesclarensse está diretamente ligado a inclusão da cidade na área de atuação da SUDENE. Desta forma seu crescimento sofreu intervenção estatal, ocorrendo rápida, intensamente e sem planejamento. Assim os loteamentos foram surgindo de modo a satisfazer a necessidade de moradia da população, esta não foi igualmente distribuída pela área urbana.

As transformações sociais e econômicas ocorridas em Montes Claros provocaram também mudanças espaciais. A transferência da classe rica da região central para a periferia detentora de infra-estrutura e qualidade de vida, fruto do uso intenso da área central pelo comércio. A descentralização ocasionou à formação de subcentros comerciais e conseqüente processo de invasão- sucessão levando a população de tal área para as franjas da cidade.

Os conflitos que antes eram entre a periferia e o centro, agora com as áreas auto-segregadas – como a região pautada para estudo e que tende ao adensamento populacional tendo em vista, que tal área ainda apresenta vazios urbanos- também se dão entre as periferias. Refletindo deste modo a diferença na apropriação e uso do solo, fruto da disputa das classes, essas atreladas ao Estado e aos agentes imobiliários vão ditando a direção de crescimento da cidade e os lugares que os indivíduos irão ocupar. Deste modo o Estado também atua como agente especulador e incentivador da segregação socioespacial.

REFERENCIAS

BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Campo território: revista de geografia de agrária**. N.2. V.1. p. 123 – 151 ago 2006.
CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Tradução de CAETANO, Arlene. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**, 2º ed. São Paulo: Contexto, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**, 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GEORGE, Pierre. **Geografia Social do Mundo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade Média e suas Centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2006. P.240. Dissertação de mestrado em geografia área de concentração em geografia e gestão do território. Instituto de Geografia, Uberlândia, 2006.

LEITE, Marcos Esdras. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros – Minas Gerais**. 2006. P.177. Dissertação de mestrado em geografia área de concentração em geografia e gestão do território. Instituto de Geografia, Uberlândia, 2006.

LEITE, M.E e PEREIRA. A. M. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In. PEREIRA, A. M. e ALMEIDA, M. I. S de (org). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2004. P. 33 – 51.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. Tradução de FRIAS, Rubens Eduardo. 3º ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos não: a segregação e o Estado. Tradução de: FERREIRA, M. M. C. **Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e urbanos**. São Paulo. N. 45. V.24. P. 24 -33. Jan/jul, 2004.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de SILVA, Neil R. da. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PEREIRA, A. M. A urbanização no sertão norte - mineiro: Algumas Reflexões. IN PEREIRA, A. M e ALMEIDA, M. I.S de (org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2004. P. 130.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1985.

RUIZ, João Antônio Martinez. **Shopping Centers: segregação, exclusão e inclusão. Análise a partir dos bairros residenciais em Presidente Prudente – SP**. 2004. P.215. Dissertação de mestrado em geografia. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Campus Presidente Prudente, 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SÓPITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 13º ed. São Paulo: Contexto, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço Intra - Urbano no Brasil.** 2º ed. São Paulo: FAPESP, 2001.